

JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2100.01.0037992/2022-97

REQUERENTE: NIELSON VITOR ASSUMPÇÃO

CPF/CNPJ: 035.655.226-82

ENDEREÇO: Rua Mem de Sá, nº3, bairro Vila Nova, Campos Gerais - MG

Ao Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul do Instituto Estadual de Florestas - IEF.

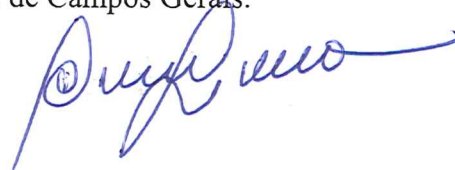
APRESENTAÇÃO

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade - URFBio Sul do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso das atribuições legais, definidas com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, **INDEFERIU o pedido de regularização ambiental de maneira corretiva** a supressão de vegetação apresentada no auto de infração nº016973/2018 referente ao Sr. Murilo Freire de Araujo, antigo proprietário do imóvel.

Destarte, vimos por meio deste, tendo como base o Decreto Estadual Nº 47.749 de 11 de novembro de 2019 e a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 392, DE 25 DE JUNHO DE 2007, apresentar este recurso para reconsideração da decisão feita pelo IEF/URFBIO SUL, caso o recurso seja conhecido, proceda-se a julgamento do mérito pela Unidade Regional Colegiada - URC - Sul de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM - nos termos do art. 9º, V, 'c' do Decreto Estadual no 46.953/2016.

1- RELATÓRIO

Trata-se de recurso no âmbito do processo administrativo supra, que a URFBio Sul tramitou na Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no qual foi indeferido o pedido de regularização corretiva da Intervenção Ambiental concernente a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, para a plantação de lavouras cafeeiras. Sendo que, foi realizada uma intervenção total de 3,72 ha, com a supressão de 100 indivíduos arbóreos de vegetação nativa pelo antigo proprietário, como consta no Auto de Infração nº 016973/2018. Ressalta-se que essa intervenção foi realizada no Sítio Grupiara, zona rural do município de Campos Gerais.



Como forma de regularizar e compensar a supressão causada pelo antigo proprietário, o Sr. Nielson Vitor Assumpção solicitou junto ao IEF a autorização de supressão vegetação nativa corretiva com **a compensação em área de 7,44 ha**, para tal foi firmado um termo de anuência entre os proprietários.

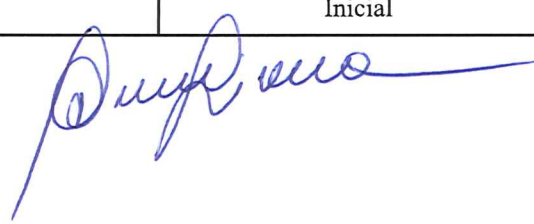
No presente caso, o requerente pleiteia a revisão da decisão exarada no referido processo, considerando que a definição do estágio sucessional de vegetação foi realizada com base os critérios citados na RESOLUÇÃO CONAMA Nº 392, DE 25 DE JUNHO DE 2007, que diz respeito sobre a definição de vegetação primária e secundária de regeneração de Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais em seu Art. 2º inciso II alínea a.

De acordo com o inventário florestal realizado, **nota-se a abundância da espécie miconia encontrada na área testemunho, apresentando em toda a área de estudos apenas 8 (oito) espécies.** Bem como, a presença de indivíduos caracterizados como epífitas, de nome popular “costela de adão” e “bromélia” conforme consta no item “5.2.2.5.2 Estágio Sucessional da Área Testemunho”. Salienta-se que, foram encontradas no inventário apresentando **baixa diversidade de epífitas com o quantitativo de 5 (cinco) indivíduos caracterizados como “costela de adão” e 1 (um) indivíduo da espécie “bromélia” em toda área testemunho.**

Além disso, na área testemunho tem a presença de serrapilheira de fina camada e pouco decomposta. Assim, comparando as características da área obtidas em campo e as presentes na Resolução supracitada, conclui-se que o estágio sucessional da vegetação da área testemunho se enquadra em estado inicial de regeneração. **Assim, o estágio de regeneração desta área é inicial, apresentando algumas características do estágio médio, o que é justificado pelas ações antrópicas desenvolvidas no local, ocasionando efeito de borda, proporcionando uma maior incidência de luz, e consequentemente ocasionando o crescimento acelerado dos indivíduos arbóreos.** No Quadro 1, contém a ocorrência das características indicadas do estágio sucessional.

Quadro 1. Ocorrência de características indicadoras do estágio sucessional

Parâmetros analisados	Característica	Estágio Sucessional
DAP médio	16,12	Médio
Altura média	5,22	Médio
Área Basal	14,29 m²/ha	-
Dossel	Aberto	Inicial



Parâmetros analisados	Característica	Estágio Sucessional
Epífitas	Presença de costela de adão e bromélia em pouco número e diversidade	Inicial
Trepadeiras	Predominância de cipós	Inicial
Serapilheira	Fina camada, pouco decomposta	Inicial
Diversidade Biológica	Baixa	Inicial
Estratos	Herbáceo e arbóreo, ausência de estratificação definida	Inicial
Sub-Bosques	Ausente	Inicial

Fonte: START, (2022)

Dessa forma, conforme demonstrado no Quadro 1, nota-se que as características da vegetação se enquadram em maior peso no estágio sucessional inicial. Diante disso, solicitamos a revisão da decisão de indeferimento ao processo, levando em consideração os itens supracitados.

2- DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com o art. 80 do Decreto Estadual no 47.749/2019, o prazo para interposição do recurso administrativo contra decisão referente aos processos de intervenção ambiental é de **30 (trinta) dias**.

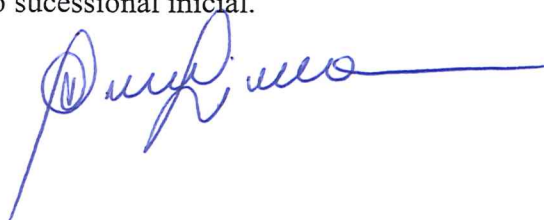
Considerando que a decisão administrativa de indeferimento do processo foi comunicada ao requerente, via SEI, em 15/02/2023, e que o recurso administrativo pode ser interposto contra a referida decisão em 17/03/2023, verifica-se que esse foi interposto em tempo hábil. Assim, tem-se como **tempestivo** o recurso administrativo apresentado.

3- DA LEGITIMIDADE

O pedido foi formulado pelo próprio requerente, que atua na modalidade de Requerente, nos termos do art. 80, §4º, I, do Decreto Estadual nº 47.749/2019, na condição de titular do direito atingido pela decisão.

4- EXPOSIÇÃO DOS FATOS

Para a fundamentação do recurso considerou-se a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 392, DE 25 DE JUNHO DE 2007, art. 2º, inciso II, item a desta Resolução, em que lista as características presentes na vegetação com estágio sucessional inicial.



De acordo com essa Resolução, o estágio sucessional de vegetação não é determinado apenas por dados quantitativos, como o DAP e altura, mas também leva em consideração as características qualitativas da área, como a presença de serrapilheira, epífitas, trepadeiras, dentre outras.

Salienta-se que, mesmo não considerando os fatos apresentados no que tange ao estágio inicial tem-se que conforme preconiza a Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, que Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências, em seu Art. 11.

Art. 11. O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando:

I - a vegetação:

- a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;*
- b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;*
- c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;*
- d) proteger o entorno das unidades de conservação; ou*
- e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*

Constata-se que, a presente área não enquadra-se em nenhum dos critérios supracitados.

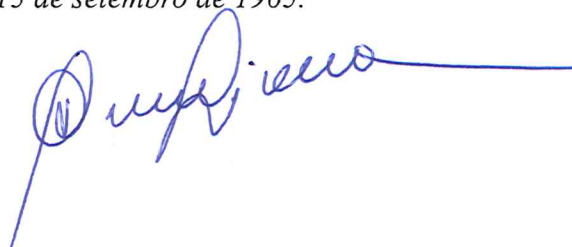
Assim sendo, não apresenta vedação para o corte. Complementar a este artigo tem-se na referida lei o Art. 23.

Art. 23. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados:

I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas;

II - (VETADO)

III - quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após averbação da reserva legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.



Diante do exposto, destaca-se que a área alvo do processo de autorização **é pertencente a pequeno produtor rural atualmente**, sendo a única área utilizada para atividades agrícolas que servirão como atividade principal para o sustento da família do Sr. Nielson. Considerar-se-á que a cultura escolhida dispõe do plantio de café, cultivo este de grande incidência no município de Campos Gerais.

5- FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO

Diante o exposto no item 4, insta destacar que as razões apresentadas no recurso justificam a alteração da decisão proferida. Dessa forma, viemos através deste, formalizar o pedido de reavaliação da decisão, ou seja, solicitar o pedido de deferimento do processo, em razão dos fatos apresentados neste recurso.

6- CONCLUSÃO

Dessa forma, pelas razões acima apresentadas, solicitamos a reconsideração da decisão de indeferimento da intervenção requerida junto ao processo 2100.01.0037992/2022-97.

Certo de vossa compreensão, aguardamos um retorno favorável concernente ao pedido deste recurso.

Campos Gerais, 08 de março de 2023.



ASSINADORA REQUERENTE
PAULA CRISTINA DE LIMA

A autenticidade desta assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assimador-digital>



PAULA CRISTINA DE LIMA
Procuradora do REQUERENTE



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

PAULA CRISTINA DE LIMA

FILIAÇÃO

BELARMINO ARI DE LIMA
CEUSA MARIA FERREIRA LIMA

NATURALIDADE

ALFENAS-MG

RG

MG-12.151.791 - SSP/MG

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO DECLARADO

DATA DE NASCIMENTO

04/05/19

041.034.726

VIA EXPEDIENTE

01 23/01/20

RAIMUNDO CÂNDIDO JÚNIOR
RAIMUNDO CÂNDIDO JÚNIOR
PRESIDENTE

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 07588260

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Paula Lima

OBSERVAÇÃO



PROFUNDAMENTE PLASTIFICAR

1549346700

PAULISTA, MG

Região de São Francisco Assis Araújo
Diretor DEPT. MARK

37224913723
M5522725953

DATA VENCIMENTO
30/10/2017

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

1549346700



PAULO VINCE ASSURANCE

RG 167689 SSP MG

CPF 035.655.226-82 DATA NASCIMENTO 10/07/1976

Nome PAULO ASSURANCE PINTO

MARIA DAS GRACAS
CASTRO ASSURANCE

Residência MG CEP 12

1ª emissão 23/12/1997

Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP.: 30.330-900
CNPJ: 17.281.106/0001-03 - Inscrição Estadual: 062.000139-00-14

**AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMA**

R ANTONIO JOSE PABELO SOBRINHO 535
SAO BENEDITO - CAMPOS GERAIS
De 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00

03 39 46 030 P3:1/1
Fale com a **11**
COPASA

Fale com a
COPASA

NIELSON VITOR ASSUMPCAO
R MEM DE SA, 3
VILA NOVA
CAMPOS GERAIS

37.160.000
MG

REFERÊNCIA DA FATURA

Número

Data de Emissão

Data de Aprestação

Mês de Referência

Grupo

001.23.09992448-5

09/02/2023

09/02/2023

02/2023

765

0 012 252 815 8

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS

SERVIÇO

Social

Residencial

Comercial

Industrial

Publica

Água

1

Esgoto

0 015 643 614 1

HIDRÔMETRO

PERÍODO CONSUMO/LEITURA

PRÓXIMA LEITURA

CONSUMO FATURADO

Atual

Anterior

03/02/2023

12/01/2023

4125 0083036

2350

2325

14/03/2023

Dias

m³

Litros

28

25

25000

HISTÓRICO DE CONSUMO

Volume Faturado Litros

Dias entre medições

Média Diária Litros

Fev/2023

25.000

28

892

Jan/2023

18.000

29

620

Dez/2022

25.000

33

757

Nov/2022

18.000

29

620

Out/2022

22.000

30

733

Set/2022

22.000

33

666

Ago/2022

29.000

30

966

Jul/2022

28.000

32

875

Jun/2022

20.000

29

689

Mai/2022

23.000

30

766

Abr/2022

21.000

28

750

Mar/2022

29.000

33

878

CONSUMO MÉDIO

m³

litros

21

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO

692

litros de água

Água

Esgoto

R\$ 7.01

R\$ 0.00

TARIFA								
CÁLCULO RESIDENCIAL								
Faixas de consumo em 1.000 litros	Consumo da faixa em 1.000 litros	Unidades Alendadas	VOLUME Total	RS 1 Mil Litros Água	Valor Água RS	RS 1 Mil Litro Esgoto	Valor Esgoto RS	Sub Total RS
FIXA		1	--	--	20,37		0,00	20,37
0 A 5	5,00000	1	5,00	2,11000	10,25	0,00000	0,00	10,55
5 A 10	5,00000	1	5,00	4,49600	22,48	0,00000	0,00	22,48
10 A 15	5,00000	1	5,00	6,36800	34,84	0,00000	0,00	34,84
15 A 20	5,00000	1	5,00	9,51200	47,56	0,00000	0,00	47,56
20 A 40	5,00000	1	5,00	12,09900	60,50	0,00000	0,00	60,50
SOMA	25,00000		25,00		196,30		0,00	196,30

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS	
ABASTECIMENTO DE AGUA	196,30
JUROS DE MORA	1,00

0000 000000000000 N11 000000000000201204100000000001123
TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$ 12.96

POUPE TEMPO. DÉBITO AUTOMÁTICO.
MELHOR PARA VOCE. CONSULTE SEU BANCO.

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
01/03/2023	*****R\$197,30

AVISO DE CONTAS VENCIDAS								
MES/ANO	VALOR	VENCIMENTO	MES/ANO	VALOR	VENCIMENTO	MES/ANO	VALOR	VENCIMENTO
01/2023	113,00	01/02/2023	11/2022	103,79	04/12/2022			
12/2022	171,66	02/01/2023						

ATE 06/02/2023 ADO ACUSAMOS PAGAMENTO DO(S) SEU(S) DEBITO(S).
DESCONSIDERE, CASO JA TENHA SIDO PAGO.

INFORMAÇÕES GERAIS



PAGUE COM PIX.
ABRA O APLICATIVO DE SEU BANCO E ESCOLHA A OPÇÃO
PAGAR COM QR CODE. DEPOIS BASTA APONTAR A CÂMERA
PARA O CÓDIGO AO LADO E CONFIRMAR O PAGAMENTO.

PARÂMETROS SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA (Portaria de Consolidação nº 8 - Anexo XX do MS - Decreto nº 34.621)						
Período	Cfgo	Conformes Totais	Cfgo	Escherichia coli	Fluorídrio(*)	pH
12/2012						
Mínimo	41	41	34	41	0	34
Analisadas	0	0	0	0	1	0
Fora Padrões	41	41	34	41	1	34
Dentro Padrões						
Observações: Não comparecimento						Significância 204 parâmetros não avaliados

Em caso de ordem de pagamento, mencionar o número desta fatura

COD. DEBITO AUTOMÁTICO 0 012 252 815 8	NÚMERO DA FATURA 001.23.09992448-9	MES E ANO 02/2023	VALOR A PAGAR R\$197,30
---	---------------------------------------	----------------------	----------------------------

COD. DEBITO AUTOMATICO
0.012.252.815 B

NUMERO DA FATURA
001.23.09902448-9

REF ID: A66666
02/2023

VENCIENDO
01/03/2023

*****\$197.30

82620000001-4 97300019100-5 12309992448-2 53111600512-9



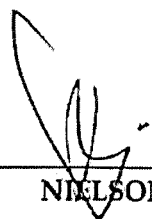
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: NIELSON VITOR ASSUMPÇÃO, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº M-9167689, expedida pela SSP MG, nascido em 10/07/1976, inscrito no CPF nº 035.655.226-82, residente e domiciliado na Rua Men de Sá, nº 09, Vila Nova, Campos Gerais - MG, CEP 37.160-000.

OUTORGADO: PAULA CRISTINA DE LIMA, brasileira, solteira, advogada devidamente inscrita na OAB/MG sob o nº 113.754, residente e domiciliada na Rua 25 de Dezembro, 593 - Centro - na cidade de Campos Gerais -MG, CEP: 37.160-000

PODERES: Com cláusula *ad judicium et extra* para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do OUTORGANTE, conferindo-lhes amplos poderes, inerentes ao fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, em qualquer Juízo, Órgão, Instância ou Tribunal, com poderes expressos para representá-lo, em conjunto ou isoladamente, podendo propor, acompanhar e contestar ações, bem como defendê-lo nas contrárias, recorrer de quaisquer decisões, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e os acompanhando; conferindo-lhes ainda poderes especiais para desistir, transigir, conciliar, firmar compromissos e acordos, receber intimação, dar quitação e praticar todos os atos necessários ao bom desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes, para advogados ou para outros representantes legais do mesmo; conferindo-lhes por fim poderes específicos para representar o outorgante e suas filiais junto às repartições públicas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA; Receita Federal do Brasil- RFB; Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais - SEFAZ; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA; Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA; Instituto Estadual de Florestas - IEF; Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM; Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM; Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM; Núcleo de Cadastro e Registro -NUCAR; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e em todos os procedimentos e processos administrativos em que se fizer necessário para outorga de licenças ambientais, intervenções ambientais corretivas, exploratórias, cadastros dentre outros, tendo sua validade por tempo indeterminado, salvo revogação.

Campos Gerais - MG, 01 de agosto de 2022.



NIELSON VITOR ASSUMPÇÃO